



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000002141

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1002417-36.2023.8.26.0281/50000, da Comarca de Itatiba, em que é embargante MAROMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, é embargado MUNICÍPIO DE ITATIBA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores REZENDE SILVEIRA (Presidente), GERALDO XAVIER E JOÃO ALBERTO PEZARINI.

São Paulo, 7 de janeiro de 2025.

REZENDE SILVEIRA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N°:
1002417-36.2023.8.26.0281/50000**

**EMBARGANTE: MAROMA EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS LTDA.**

EMBARGADO: MUNICÍPIO DE ITATIBA

COMARCA: ITATIBA

VOTO N° 34876

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Inexistência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material – Impossibilidade de reexame da causa – Mero inconformismo do embargante com nítida pretensão de efeitos modificativos no julgado, sem observar os lindes traçados no art. 1022 do CPC - Incompatibilidade com a finalidade do recurso interposto - Pretensão de prequestionamento da matéria para fins de interposição de recursos às instâncias superiores – Impossibilidade – Precedentes do STJ no sentido de que, ainda quando visando ao prequestionamento, o manejo dos embargos de declaração não prescinde de indicação de omissão, contradição ou obscuridade do julgado – Embargos rejeitados.

Vistos.

Trata-se de tempestivo recurso de embargos de declaração opostos por **MAROMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, em face do acórdão de fls. 276/279 que, por unanimidade, negou provimento ao recurso.

Sustenta, em suma, que o fundamento do acórdão sugere que a imunidade seria da locatária, contrariando o entendimento contido na Súmula 614 do Superior Tribunal de Justiça, bem como o artigo 156, § 1º-A, da Constituição Federal, introduzida pela Emenda Constitucional 166.

É o relatório.

Os embargos merecem ser rejeitados.

Com efeito, os embargos declaratórios têm por finalidade completar decisão omissa ou aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições que ela, eventualmente, contenha. Possui caráter integrativo da decisão atacada e não substitutivo dela.

A obscuridade, a contradição ou a omissão passível de exame nos embargos de declaração, contudo, devem estar presentes no próprio texto da decisão embargada e, não em elementos que, porventura, constem dos autos, da doutrina ou da jurisprudência.

A concessão de efeitos infringentes aos embargos de declaração é possível sempre que houver erro na decisão, que iniba a conclusão lógica da matéria recursal examinada.

Não há qualquer erro, contrariedade, omissão ou obscuridade na decisão que examinou as razões recursais, incluindo a matéria invocada em sede de embargos declaratórios.

O julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos e argumentos contidos nas manifestações das partes, bastando que, ao resolver a controvérsia, rejeite, ainda que implicitamente, os argumentos secundários, como se deu no caso concreto.

No caso concreto, não há qualquer omissão ou contradição adotado pelo acórdão embargado, haja vista que o julgado não disse que o proprietário não pode discutir a relação jurídico tributária decorrente da cobrança de IPTU. Disse que o proprietário não pode invocar uma imunidade somente cabível ao locatário, o que não contraria em nada a Súmula 614 do Superior Tribunal de Justiça.

Não bastasse isso, a partir do exercício de 2023, caberá aos templos religiosos, na condição de locatários, invocarem a imunidade, o que irá beneficiar indiretamente os proprietários dos imóveis, o que reforça ainda mais o fundamento do acórdão, pois a partir da Emenda Constitucional 166 caberá aos locatários de imóveis utilizados como templos religiosos e não aos proprietários alegarem a imunidade tributária.

Vale dizer: como já dito no acórdão embargado, a imunidade tributária não pode ser invocada pela proprietária de imóvel que aluga o bem para ente imune, pois a imunidade tem caráter personalíssimo e, portanto, intransferível.

Como se percebe, o acórdão embargado não possui qualquer erro, contrariedade, contradição, omissão ou obscuridade e tratou devidamente de toda a matéria não havendo, assim, que se falar em qualquer tipo de vício, mesmo que não tenha sido abordado, ponto a ponto, cada argumento ou dispositivo levantado pelas partes.

Pretende a embargante, em verdade, que os embargos sejam acolhidos com efeitos infringentes, sem observar os lindes traçados no art. 1.022 do CPC. A verdadeira intenção é, portanto, o reexame da causa, incompatível com a finalidade dos embargos declaratórios, cabendo à embargante ajuizar o recurso apropriado à modificação pretendida.

Portanto, não há qualquer razão, de fato ou de direito, apta a justificar o acolhimento dos presentes embargos ou, ainda, qualquer violação ou afronta a dispositivos e princípios constitucionais, processuais ou a normas especiais e infraconstitucionais, a não ser o inconformismo da embargante quanto à solução dada ao litígio.

Além disso, deve ser adotado entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, ainda quando visando ao prequestionamento, o manejo dos Embargos de Declaração não prescinde de obscuridade ou contradição do julgado.

Diante do exposto, meu voto rejeita os embargos.

REZENDE SILVEIRA
Relator